

CONJUNTURA

1. A crise econômica, social e política ganha uma amplitude nunca vista. A velocidade da crise se acelerou e suas dramáticas conseqüências – inflação sem controle, recessão, demissões em massa, queda de produção, fechamento de empresas – têm se refletido em todos os aspectos da vida nacional. A miséria e a violência fazem crescer a desesperança em nosso país. O Governo Collor é, hoje, o principal instrumento de aprofundamento da crise. Fartas denúncias de corrupção, amplamente noticiadas pela imprensa, cercam o seu governo, envolvendo ministros, assessores diretos e até mesmo sua família. Os mínimos padrões de responsabilidade e idoneidade no trato da coisa pública são quebrados. Ao mesmo tempo em que faz exatamente o contrário dos mais veementes compromissos que assumiu durante a campanha, de forma autoritária viola, seguidas vezes, até a própria Constituição. Pior ainda: quando a crise social atinge proporções catastróficas, prossegue sua política infamante de arrocho salarial, de confisco dos aposentados, de descalabro da Previdência Social. Por isso mesmo, cresce entre a população o sentimento legítimo de que é preciso dar um basta à política de Collor.

2. Mesmo diante dos fatos e dados mais contundentes, o governo federal insiste em manter sua política econômica e, de forma descarada, avisa que a recessão vai aumentar em 1992.

3. A crise atual não será resolvida por nova composição interna das elites, a não ser com um custo social inaceitável. As classes dominantes já baixaram dezenas de pacotes nos últimos anos, experimentaram todos os tipos de fórmulas, menos o essencial: democratizar radicalmente o poder, a riqueza e a renda, para construir um novo modelo de gerir o País.

4. Enquanto o presidente Collor impõe e aprofunda sua política de arrocho, a maioria dos trabalhadores luta para preservar o emprego, numa situação em que o medo do desemprego é maior que a capacidade, até aqui demonstrada pelo movimento sindical, de articular lutas que dêem conta de recuperar e manter o poder aquisitivo dos salários, via indexação automática, reajustes periódicos ou outra forma qualquer.

5. O Governo Collor despenca nas pesquisas de opinião, que traduzem, em números e porcentagens, a angústia e o descontentamento do povo. Só não vê quem não anda nas ruas, não vai às feiras livres, não viaja em transportes coletivos. Revoltadas, indignadas, as pessoas expressam seu sentimento, que o PT deve ser capaz de captar e de transformar num amplo movimento democrático, popular, de oposição ao Governo Collor. Eis, pois, qual deve ser o centro de nossa intervenção política na conjuntura: a construção de um amplo movimento de oposição popular e institucional às políticas do governo e a seu projeto neoliberal. É preciso articular nossa capacidade de mobilização social, nossa intervenção parlamentar e nossa ação nas prefeituras.

6. Como já fizemos em diversos momentos de nossa história partidária, o PT pode e deve, mediante a retomada de mobilização em escala de massa, inviabilizar e derrotar as políticas predatórias de Collor de Mello, fazendo prevalecer, social e institucionalmente, uma saída democrática e popular para a crise do País.

7. Para tanto, faremos uma campanha de emergência, que ataque os efeitos mais nocivos da atual política econômica, procurando preservar empregos, defender salários, distribuir renda, combater a fome e a miséria e também a corrupção. Uma campanha urgente e inadiável, a ser desencadeada logo após o I Congresso, mediante um detalhado plano de ação, que deverá estar centrada nos seguintes pontos:

- escala móvel dos salários;
- controle dos fundos sociais e seu redirecionamento para investimentos sociais e seguro-desemprego;
- instituição do imposto-solidariedade e sobre grandes fortunas;
- política agrícola de emergência;
- realização da reforma agrária com um plano imediato de assentamento, voltada para a produção de gêneros de primeira necessidade;
- combate à corrupção;
- garantia de preços estáveis para a cesta básica, com isenção dos impostos diretos e abastecimento diretamente do produtor ao consumidor, sem intermediários.

8. Cada um desses pontos deve merecer um aprofundamento particular e sua articulação deve produzir um calendário, que possa mobilizar não só as entidades nacionais, mas cada sindicato, cada movimento popular e, sobretudo, a militância partidária.

9. Para o sucesso dessa articulação e a amplitude do movimento de oposição popular, consideramos indispensável a realização de atos, caravanas, vigílias, greves, bem como o recurso a iniciativas populares legislativas, a exemplo do que foram as caminhadas dos trabalhadores sem terra e a apresentação do projeto de lei para a criação do Fundo Nacional de Moradias Populares. As propostas do imposto sobre as grandes fortunas, do projeto de combate à corrupção e de realização da reforma agrária têm potencial para se transformarem em emendas com centenas de milhares de assinaturas. O PT se empenhará na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, apoiado numa ampla campanha pela escola pública, de qualidade e democrática.

10. O PT apoiará e estará presente nas lutas da sociedade civil e dos setores marginalizados, como o combate à política tributária espoliativa do governo sobre os assalariados, em defesa da vida, dos meninos de rua e dos aposentados. Isso significa que trabalharemos para ampliar e multiplicar estas formas de luta. O PT é um aliado de todos aqueles que, na sociedade civil, querem dar um basta à corrupção, à impunidade, à violência e à espoliação, marcas do Governo Collor.

11. O PT apoiará iniciativas como a vigília do dia 13 de dezembro, sexta-feira, promovida pela CUT – Regional Grande São Paulo, Contra Collor, a Fome e o Desemprego, junto com movimentos populares e personalidades, que devem ser exemplo para todo o País.

12. O PT considera que as eleições de 92 também serão um importante momento de disputa com o projeto Collor, já que, apoiados numa política de alianças definida pelo Partido e na mobilização popular, podemos infligir uma derrota ao Governo Collor e a seus aliados locais.

13. O PT assume, junto à mobilização contra a política de Collor, a defesa da proposta de antecipação do plebiscito sobre regime político, já tramitando no

Congresso Nacional. O PT se opõe, radicalmente, a qualquer tentativa de pacto de elites, pois não concordamos, em hipótese alguma, com entendimentos quaisquer que tenham como pressupostos acordos com Collor e a manutenção da atual representação dos estados no Congresso. Para o PT, a antecipação do plebiscito sobre sistema de governo só terá sentido se vier combinada com a luta por reformas democráticas essenciais, destacando-se a aprovação de um novo sistema eleitoral, que seja, de fato e de direito, proporcional, e a redefinição das funções da Câmara e do Senado Federal, tendo este último suas funções restritas às federativas.

Repudiamos, igualmente, qualquer casuísmo ou iniciativa de características golpistas para resolver a crise. A proposta do PT adquire legitimidade e se diferencia das demais porque se sustenta na mobilização popular e pressupõe uma nova representação congressual, com eleições antecipadas, assegurando que o novo regime político de governo seja, de fato, representativo de uma nova conjuntura e de um real avanço na situação social do País.

14. Caso, porém, se caracterize jurídica e politicamente crime de responsabilidade do presidente Collor, o PT não hesitará em recorrer ao impeachment, em defesa da democracia.

15. O PT deve propor e negociar com o movimento sindical, popular; os partidos democráticos, progressistas e de esquerda; as entidades representativas da sociedade civil, um conjunto de reivindicações que nos possibilite transformar a crise do Governo Collor em ponto de apoio para mobilizar o movimento social e viabilizar uma nova alternativa de governo para o País:

a) Reforma do Estado, incluindo o saneamento, desprivatização e democratização das empresas estatais;

b) Reforma tributária, com forte caráter progressivo e taxação das grandes fortunas;

c) Reforma financeira e monetária, combatendo duramente a especulação e a sonegação;

d) Implantação imediata da reforma agrária e de uma política agrícola, que assegure o abastecimento dos gêneros de primeira necessidade;

e) Política salarial, que assegure a reposição da inflação para os salários e o controle efetivo dos preços. Garantia da elevação progressiva do salário mínimo;

f) Combate à corrupção e fim da impunidade dos crimes de colarinho branco;

g) Definição de uma política de defesa do emprego e proteção dos trabalhadores desempregados;

h) Centralização do câmbio, suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa e prioridade da política econômica para a estabilidade e retomada dos investimentos públicos;

i) Combate à recessão – crescimento econômico com distribuição de renda;

j) Amplas reformas políticas democráticas no sistema eleitoral partidário, representação proporcional dos estados na Câmara dos Deputados, redefinição do papel do Senado;

k) Política educacional que assegure uma escola pública de qualidade, democrática e para todos;

l) Instituição de um programa de garantia de renda mínima.